

O segundo semestre começa com a sociedade brasileira respirando aliviada. No primeiro, a recessão tocou no fundo do poço, e a economia apresenta nítidos sinais de revigoração do consumo. A nova equipe econômica vem transmitindo tranquilidade e confiança aos agentes econômicos. E o que é mais importante, os preços estão sendo descongelados sem a ocorrência de uma explosão inflacionária.

O cenário para o segundo semestre, portanto, pode vir a ser o mais favorável dos últimos dois anos, pois a economia começa a adquirir liquidez e fôlego com a negociação antecipada dos cruzados novos, que serão liberados em 12 parcelas a partir de 16 de setembro.

Vozes mais otimistas do empresariado, e com influência nos centros formadores de opinião política, já estão considerando que o governo deveria aproveitar a relativa estabilidade inflacionária e utilizar a liberação dos cruzados para reorientar a economia na direção do crescimento e do desenvolvimento. Trata-se de um filme antigo, sem acenar com o *happy end* convencional.

A história brasileira (e os planos de combate à inflação vitoriosos na América Latina e na Europa) já mostrou suficientemente que a inflação só pode ser domada com a persistência das medidas adotadas. A experiência recente do México está aí para comprovar a importância de manter a mesma direção. O combate às distorções acumuladas pelo processo inflacionário, a partir do descontrole das finanças públicas, é uma luta inglória, com perdas para todos. Mas é o caminho mais curto e seguro para fugir à hiperinflação.

O México entrou em profunda crise econômica um mês antes do Brasil, quando declarou a moratória da sua dívida externa (igual à brasileira) em agosto de 1982. Atacou, porém, duramente o saneamento das finanças públicas, passou por forte recessão, privatizou boa parte das empresas estatais, mas está saindo da crise desde o final de 1989, a ponto de já atrair grande volume de investimentos estrangeiros.

O México teve dois triunfos importantíssimos, além, obviamente, da extensa fronteira que torna a solução da crise mexicana do interesse direto dos Estados Unidos. O primeiro foi que o setor público, altamente endividado em dólar, também tinha forte presença na exportação e gerava moeda forte para pagar a dívida.

O segundo foi o pacto político-econômico-social (Pacto de Solidariedade) firmado no final de 1988, após a eleição do atual presidente Carlos Salinas de Gortari, entre o governo e os partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais. O pacto fixou taxas descendentes para o reajuste de preços e salários, incluindo os preços públicos, depois do seu primeiro realinhamento acima dos preços e salários.

O aqodamento empresarial em reacelerar a economia é compreensível, depois de dois anos de recessão e um ano de perdas acumuladas em quase todos os segmentos da economia e da sociedade brasileira — em especial nos salários. Mas, nunca é demais lembrar os equívocos de agosto de 1979, quando os empresários paulistas, embalados pela troca de Mário Henrique Simonsen por Antônio Delfim Netto no Ministério do Planejamento, celebraram com euforia a ordem de “tocar o pau na máquina” dada pelo novo ministro na posse. Um ano depois, o país mergulhava na mais aguda recessão da sua história, com queda de 4,4% no PIB e de 11% na produção industrial.

O que seria mais conveniente agora? Agüentar mais três ou quatro meses de sacrifício, para a eliminação definitiva das causas da inflação brasileira, ou arriscar um crescimento que pode levar a economia novamente para o déficit público e a hiperinflação? Parece claro que soltar as amarras da economia brasileira, de uma hora para outra, seria uma grande temeridade.

A primeira hipótese pode ser bastante suavizada se as forças políticas e representativas da sociedade se unirem ao governo para a montagem de um pacto político e social, como o do México e o famoso documento de Moncloa, da Espanha. O entendimento administrativo de Brasília com os governos dos dois maiores estados do país, sob o controle da oposição, é um bom começo de negociação no campo político.

Os entendimentos em torno dos reajustes de preços nas câmaras setoriais são outra vertente do entendimento. Falta o acerto da questão salarial para a viabilidade da junção das três faces do triângulo.

Afinal, há problemas concretos que ainda precisam ser resolvidos para a garantia da estabilidade econômica. O superávit fiscal, que é uma premissa essencial da estabilidade, mostra-se fluido. Houve perda de arrecadação fiscal com a derrubada da correção monetária do imposto de renda e outros tributos. E o recente aumento do funcionalismo pode fazer o déficit público voltar à tona.

Os meses de setembro e outubro — quando começam a ser injetados mensalmente na economia US\$ 2 bilhões referentes à liberação dos cruzados novos congelados desde 15 de março de 1990 — são de grande concentração de dissídios coletivos, o que deve elevar bastante a massa salarial. Dois fatores poderosos estarão empurrando a demanda agregada e o consumo para cima, com notória pressão sobre os preços. Todo o cuidado é pouco, portanto, para não colocar tudo a perder.